

## ATA NÚMERO 13

### Sessão Ordinária de 16 de fevereiro de 2024

----- Aos dezasseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Amarante, em sessão ordinária, devidamente convocada, nos termos do n.º 1 do artigo 14.º do respetivo Regimento, para ter início às vinte horas, com a seguinte ORDEM DO DIA: -----

- 1.-**Relatório de atividades e situação financeira do Município** - Para conhecimento; -----
- 2.-**Mapa dos fluxos de caixa do exercício de 2023 e 1.ª alteração orçamental modificativa, por incorporação do saldo de gerência e inclusão de nova classificação económica orçamental da receita** - (Registo n.º 826/2024/01/31); -----
- 3.-**Taxa Turística Municipal** - (Registo n.º 9452/2023/10/31);-----
- 4.-**Atualização de rendas e taxas do ano de 2024** - (Registo n.º 10508/2023/12/04);-----
- 5.-**Alteração ao Código Regulamentar do Município de Amarante** - Voluntariado jovem - (Registo n.º 7962/2023/09/13);-----
- 6.-**Relatório anual de atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Amarante - 2023** - Registo n.º 2278/2024/01/30) - Para conhecimento.-----

----- -- O senhor Presidente da Assembleia Municipal, Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, assumiu a presidência da Mesa, sendo coadjuvado por Carlos Marques da Silva Macedo, como Primeiro Secretário, e Sara Moreira Machado, como

Segunda Secretária. -----

----- Feita a chamada, verificou-se que estavam presentes os/as seguintes membros: -----

----- Alexandra Gabriela de Almeida Bento Pinto, Eugénia Margarida Pinto Soares Vieira, Ercília Gonçalves Costa, António Ferreira Soares Araújo, Maria de Lurdes Pinheiro Coelho, José Luís Mesquita Peixoto, Nuno Miguel Oliveira Sousa Queirós, Amélia Maria Gomes de Oliveira, Sara Luísa Magalhães Maia, André da Silva e Ribeiro e Costa Magalhães, Carlos António Silva Carvalho, Torcato Fernando Carvalho Ferreira, Sara Moreira Machado, Hugo Jorge Carvalho Peixoto, Vítor Manuel Briga Rei, Simone Guedes Oliveira, Carlos Alberto Freitas Miranda, Rui Pedro Barreira Morais, Maria Helena Teixeira Ribeiro Portela, José Joaquim Magalhães Teixeira, Estefânio Cirilo Sousa Pinto, Carlos Marques da Silva Macedo, Ana Margarida Fernandes Carvalho, Sandra Patrícia Nogueira Costa, José Augusto Oliveira Araújo e Zita Graça Teixeira Pereira. -----

----- Presidentes de Junta de Freguesia: Ansiães – António Fonseca Brandão; Candemil – Ana Sofia Marinho Briga; Fregim – Sandra Castro Fraga; Fridão – Cristina da Conceição Marinho Gonçalves de Queirós; Gondar – Hugo Vaz; Gouveia (São Simão) – Joaquim de Oliveira; Jazente – Daniela Conceição Teixeira Ribeiro; Lomba – José Filipe de Jesus Carvalho; Louredo – António Jorge Barbosa Torres; Lufrei – António Alexandrino Ferreira de Magalhães; Mancelos – Ricardo Samuel Teixeira Alves; Padronelo – Armando Jorge Pinheiro Coimbra; Rebordelo – Cláudia Daniela Mota e Silva; Salvador do Monte – Pedro Davide Leite Fernandes; Telões – Ivone Sofia Ribeiro; Travanca – Fernando José Teixeira da Cunha; Vila Caiz – José António Pereira Ferreira; Vila Chã do Marão – Rui Filipe Coelho; Vila Meã – Lino Manuel Macedo; União das Freguesias de Aboadela, Sanche e Várzea – Henrique Jorge Monteiro; União das Freguesias de Amarante (São Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão – Domingos Adelino Carvalho da Silva; União das Freguesias de Bustelo, Carneiro e Carvalho de Rei – Ângelo Pereira Magalhães; União das

Freguesias de Figueiró (Santiago e Santa Cristina) – Daniel António Teixeira Pinheiro; União das Freguesias de Freixo de Cima e de Baixo – Alfredo Teixeira Carvalho; União das Freguesias de Olo e Canadelo – Marta Inês Ribeiro da Costa Marinho; União das Freguesias de Vila Garcia, Aboim e Chapa – António Cândido Alves Pinheiro. -----

----- Pediram a substituição, e/ou justificaram a respetiva falta, os/as senhores/as deputados/as: Cândido Augusto Pires Zoio (substituído por Maria de Lurdes Pinheiro Coelho), João Carlos Santos Leite (substituído por José Luís Mesquita Peixoto), Francisca Oliveira Teixeira Alves dos Santos (substituída por Sandra Patrícia Nogueira Costa) e o senhor Presidente da Junta da União das Freguesias de Amarante (São Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão - Américo Paulo da Silva Ribeiro (substituído por Domingos Adelino Carvalho da Silva); -----

----- A Câmara Municipal fez-se representar pelo senhor Presidente, José Luís Gaspar Jorge, e pelos/as senhores/as vereadores/as: Hugo Miguel Costa Carvalho, António Jorge Vieira Ricardo, Carlos Gonçalo Teixeira Pereira, Adriano Teixeira Alves dos Santos, Sílvia Isabel Brochado Araújo e Carlos Manuel Azevedo Pereira.-----

----- Seguidamente, após verificação do quórum, pelas vinte horas e trinta minutos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão, passando de imediato ao -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

----- De imediato, nos termos do disposto na alínea a), n.º 2, do artigo 17.º do Regimento, procedeu-se à apreciação e votação da ata n.º 12, respeitante à sessão ordinária de 14.12.2023, tendo o senhor Presidente da Assembleia pedido dispensa da sua leitura em voz alta, uma vez que a mesma foi previamente disponibilizada na plataforma informática. Inscreveu-se para usar da palavra o senhor deputado Carlos Carvalho, do Grupo Político Municipal do PSD, chamando a atenção para a repetição do primeiro parágrafo da sua intervenção, a página 41. Efetuada a correção, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Por força do disposto no n.º 3

do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, não participaram na votação da ata, por terem estado ausentes da respetiva reunião, os/as senhores/as: Alexandra Gabriela de Almeida Bento Pinto, Ercília Gonçalves Costa, Sara Luísa Magalhães Maia, André da Silva e Ribeiro e Costa Magalhães Torcato Fernando Carvalho Ferreira, Vítor Manuel Briga Rei, José Joaquim Magalhães Teixeira, José Luís Mesquita Peixoto, Presidente da Junta de Freguesia de Candemil – Ana Sofia Marinho Briga, Presidente da Junta de Freguesia de Gondar – Hugo Vaz; Presidente da Junta de Freguesia da Lomba – José Filipe de Jesus Carvalho; Presidente da Junta da União das Freguesias de Aboadela, Sanche e Várzea – Henrique Jorge Nunes Monteiro; Domingos Adelino Carvalho da Silva, Secretário da Junta da União das Freguesias de Amarante (São Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão, Presidente da Junta da União das Freguesias de Bustelo, Carneiro e Carvalho de Rei – Ângelo Pereira Magalhães e Presidente da Junta da União das Freguesias de Olo e Canadelo - Marta Inês Ribeiro da Costa Marinho. -----

----- O senhor presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida mais relevante, desde a última sessão, de acordo com a alínea b), n.º 2, do artigo 17.º do Regimento. -----

----- De seguida, nos termos da alínea c), n.º 2, do artigo 17.º do Regimento, o senhor presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento do falecimento do senhor Manuel Antunes de Magalhães, que foi Presidente deste órgão. Teve conhecimento deste infausto acontecimento ao final do dia, motivo pelo qual não pôde preparar um voto de pesar. Contudo, não quis deixar de referir a importância do senhor Manuel Antunes para o Município de Amarante, fruto da sua participação na vida política e social do concelho. Foi cumprido um minuto de silêncio, em sua memória, na sequência da proposta do senhor Presidente da Assembleia Municipal.

----- Seguidamente, deu-se início ao período para tratamento de assuntos de interesse geral do Município (n.º 3, artigo 17.º do Regimento). -----

----- Inscreveram-se para usar da palavra: -----

----- **A senhora deputada Ercília Costa, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- "O símbolo do teatro é a imagem de duas máscaras lado a lado, com uma que ri e outra que chora. Para o teatro, essas duas máscaras representam o género da comédia, a máscara que ri, e do drama ou tragédia, a máscara que chora. São o símbolo da dualidade das emoções humanas. Essa dualidade é bem notória quando olhamos para a nossa cidade.-----

----- Em várias ocasiões, o PS alertou, nesta assembleia, para a degradação em que se encontra algum património, tendo, aliás, apresentado propostas de recomendação. Mas tudo continua igual. Igual, não, tudo vai piorando.-----

----- Trago, novamente, a esta assembleia, o assunto da Biblioteca Municipal Albano Sardoeira. As bibliotecas não são, apenas, um espaço público onde há livros e computadores, de acesso à informação, ao conhecimento e à cultura. São, também, um espaço público de socialização e promotor de igualdade e de desenvolvimento pessoal. Esse espaço deve ser atrativo, acolhedor e resplandecente. A Biblioteca Municipal Albano Sardoeira continua em estado de total abandono. Pessoalmente, sinto vergonha desse local deprimente e da falta de sensibilidade política. Quem sair do elevador de São Gonçalo certamente terá uma reação de grande tristeza.-----

----- O Senhor Presidente, provavelmente, irá, uma vez mais, dizer que a biblioteca já não responde aos desafios da sociedade atual, que é necessária uma nova biblioteca, mas não assume ser uma prioridade de momento, nem de um futuro próximo. É urgente dignificar a nossa biblioteca e todo o espaço envolvente.

----- A necessitar, também, de uma profunda intervenção, temos as piscinas municipais, já que não se vislumbra a construção de novas, bem como o edifício do complexo desportivo da Costa Grande, onde entra água em tempo de chuva.-----

----- Na sessão ordinária de 30 de junho, questionei o Sr. Presidente da Câmara relativamente às Termas, nomeadamente à ausência de relatório de avaliação do

período da concessão, e ao modelo de gestão pretendido pela autarquia. O Sr. Presidente informou que, até ao final do ano, iriam apostar no *merchandising* e iriam perceber que modelo de gestão é o pretendido para as termas. Senhor Presidente da Câmara, já nos pode fazer o balanço e dar conhecimento do modelo de gestão? -----

----- Solar dos Magalhães, o que falta para a sua abertura? Já há ervas a crescer na parede do edifício, na Rua do Seixedo e, no telhado, já são visíveis ervas muito grandes.-----

----- Por último, ecoponto na Rua António Lago Cerqueira: O ecoponto foi retirado, e bem, da proximidade do cineteatro e colocado num lugar de estacionamento logo na subida da rua. Também não está em causa o lugar de estacionamento ocupado. O problema é quando alguém vai de carro para colocar o lixo, temos de esperar que termine essa tarefa ou então cometer uma infração, ultrapassando pela linha contínua.” -----

----- **O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Luís Gaspar Jorge, proferiu a seguinte intervenção:**-----

----- “Relativamente à Biblioteca, já fizemos trabalho, já adjudicamos o projeto, já explicamos qual era a ideia para desenvolver, não só na biblioteca, mas em todo o espaço envolvente. Não lhes sei dizer qual o tempo para nos entregarem o projeto, para depois avançar para a sua reabilitação. Espero ter a oportunidade de poder arrancar com a obra durante este mandato. Aliás, acredito que, eventualmente, possamos obter financiamento comunitário para a sua reabilitação. Quero acreditar que sim, por isso pedi alguma celeridade, pois também concordo que tem de ser reabilitada, se calhar já devia ter sido há mais tempo. -----

----- Sobre a questão das piscinas, isto é uma dor de cabeça para todos. O projeto está pronto, só que com este escalar de preços, só para terem uma ideia - eu julgo que já expliquei isto aqui - em relação ao preço base, regista-se um aumento de 5.000.000€. Quero acreditar que poderá haver uma inversão dos

preços e, dessa forma, pode ser que o preço base também baixe. Entretanto, já pedi para reverem o projeto, nomeadamente a cobertura, a ver se conseguem que o preço se torne comportável para podermos fazer esta obra. É um projeto muito bonito, mas, efetivamente, em termos financeiros, neste momento, com tantas coisas que queremos fazer, em novas áreas de acolhimento empresarial, cria-nos alguns obstáculos. Sobre as piscinas atuais, havia uma proposta que tinha sido feita para colocar lá uma cobertura telescópica, mas, em termos técnicos, os serviços ainda não tiveram possibilidade de me apresentar uma solução final para, pelo menos até termos umas piscinas novas, aquelas possam ter outra dignidade, porque é preciso mudar diversas coisas. Eu concordo, neste momento não dignificam aquilo que é o património de Amarante. -----

----- Quanto às Termas de Amarante, depois de alguns altos e baixos, decidimos que devem ser os serviços municipais a gerir aquele equipamento. Já temos uma técnica que assumiu funções, este mês, e que vai fazer a gestão das termas. Iremos abrir concurso para internalizar técnicos e para sermos nós a trabalhar esta resposta. Temos uma série de propostas que irão passar a ser conhecidas do público. O tanque já está reparado e vai ser agora aberto. A técnica, hoje, fez o ponto de situação, dizendo que foram feitas cem consultas, o que demonstra que as coisas vão começar a criar uma nova dinâmica, mas ainda há muita coisa que deve mudar. No exterior, vamos criar também um espaço mais aprazível, para a época mais quente. Vai haver uma aposta clara naquele equipamento, como uma imagem de Amarante, que poderá ser importante para a comunicação para o exterior. -----

----- Relativamente ao Solar dos Magalhães, o edifício está pronto. Ainda na semana passada estive a ver o ponto de situação com a equipa técnica que está a trabalhar a parte dos conteúdos, da empresa Quartenaire Portugal, onde estiveram sete curadores a explicar a visão daquilo que será o MIMAR, o Museu de Identidade e Memória de Amarante. É um projeto arrojado, que vai ter duas salas imersivas,

muito interessante. Foi-me apresentado o primeiro gráfico para ver se eu concordava, agora vamos ter uma reunião mais alargada, para me apresentarem aquilo que será a ideia geral. Entendo que o tema das invasões devia marcar presença, até mesmo desenvolver a ideia de um filme. Penso que nos próximos meses possamos ter a solução final. Eu apontava lá para outubro, a abertura do equipamento, mas talvez não seja possível. Além do trabalho que está a ser feito, acho que devemos dar alguma utilidade àquele edifício, porque vale a pena ser visitado. É uma obra marcante para os amarantinos, pois além da valia que será o museu da memória, é também uma obra interessante do ponto de vista arquitetónico. Eu, se calhar, iria até sugerir aos serviços marcar alguns dias para que todos os que quiserem visitar o edifício o possam fazer, porque vale mesmo a pena. -----

----- Relativamente à questão do ecoponto, não lhe sei responder, mas tomei nota e depois vou transmitir aos serviços para mudarem a localização. -----

----- Sobre a Costa Grande, falta a pista. Já fizemos a manutenção dos campos, pelo que agora só falta a questão da pista, cujo procedimento estará para ser aberto, brevemente. Quanto à questão da infiltração, não lhe sei responder, portanto, terei que perguntar aos serviços. Se tiver infiltrações, terão de ser corrigidas.” -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Inscreveu-se para usar da palavra o **Senhor António Adelino, que proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “O motivo que me traz aqui é para colocar três questões: o Festival MIMO, o bairro Cancela de Abreu e a restauração da ponte de arame. Senhor Presidente, eu lembro-me que antes da COVID, tinha lido no jornal, que era uma empreitada para meio ano. Sabe dizer-me qual a data para a conclusão? O acesso pela margem esquerda, por Rebordelo, aqui há tempos passei lá, numa bicicleta de montanha, e só mesmo apeado consegui passar. Sobre o MIMO, volto a reafirmar que as



peessoas responsáveis pelo MIMO não agiram de boa-fé e não tiveram bom-senso, atendendo à situação do COVID. Eles comportaram-se como abutres, como agiotas e daí que eu tenha feito aquele paralelismo com a história da “mulher que abandona o marido”. Ou melhor, o MIMO foi para o Porto, o Dr. Rui Moreira não se entendeu com eles e agora regressou a Amarante. Houve aqui uma pessoa que ficou melindrada, não sei se esse puritanismo será réplica do bloquismo. A questão que eu queria colocar ao Senhor Presidente é a seguinte: se a Câmara Municipal aceitou realizar o MIMO de livre vontade, mãos livres, ou mãos atadas, por via da decisão do Tribunal Administrativo? Sobre o Bairro Cancela de Abreu, como não há diálogo, não há réplica. Eu disse ao Senhor Presidente que, atendendo a que os agregados familiares são reduzidos, se num bairro social há cerca de 20 casas devolutas, que valiam a 20 famílias; o Senhor Presidente está a pensar geminá-las, o que significa que, de 20, só vamos resolver o problema de 10 famílias. Eu conto um caso de uma família, nos anos setenta, em que um casal com cinco filhos, viviam nessa casa, hoje só está lá essa pessoa. Essas assoalhadas serviam para famílias maiores, mas, hoje em dia, as famílias são mais reduzidas. Portanto, qual a necessidade de aumentar a escala das habitações?” -----

----- **O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Luís Gaspar, proferiu a seguinte intervenção:**-----

----- “Relativamente à questão do MIMO, efetivamente, há uma decisão judicial e nós, obviamente, vamos ter de a cumprir. Portanto, a questão se tínhamos vontade ou não, não se coloca. É uma decisão judicial e, por isso, temos de a cumprir. A segunda questão, sobre o bairro Cancela de Abreu, eu já expliquei aqui a estratégia que decidimos, mas dou-lhe nota que, neste momento, temos uma candidatura de 25.000.000€, submetida no âmbito da Estratégia Local de Habitação, onde vamos recuperar 314 habitações e construir 145 habitações novas. Portanto, a questão das 20 não se coloca. Nestas 314, também se inclui o Bairro Cancela de Abreu. Sobre a ponte de arame, a informação que eu tenho é que era

para ter sido aberta, mas, com o mau tempo e também o atraso originado pela demora na entrega dos cabos de suporte, que têm uma espessura considerável, chegaram com alguns meses de atraso, foi adiada. Portanto, desde o momento em que chegaram, lá conseguiram esticá-los e sei que já têm colocadas as travessas. Por isso, ela estará na iminência de poder ser inaugurada. Os acessos da parte de Amarante, a seu tempo serão melhorados.” -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- O senhor presidente da Assembleia Municipal fez a leitura em voz alta da ordem do dia, passando-se de imediato à sua apreciação.-----

**1. Relatório de atividades e situação financeira do Município** - Para conhecimento; -----

----- Inscreveram-se para usar da palavra: -----

----- **O senhor deputado José Joaquim Teixeira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

----- “Antes de entrar propriamente na minha intervenção, queria aqui deixar também o meu pesar, em meu nome pessoal e do Partido Socialista, pelo falecimento do Senhor Antunes, uma pessoa que conheci pessoalmente e também a família. -----

----- E, às vezes, quando as pessoas morrem, são todas boas pessoas, mas, de facto, era um homem bom e, por isso, eu gostava, nesta hora, de sublinhar esta evidência. -----

----- Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Amarante, tenho três questões para colocar, que são as seguintes:-----

----- 1. Quando começa a laborar a empresa que vai fazer a recolha de resíduos, limpeza dos jardins e dos trilhos, visto a necessidade de melhorar a limpeza desses espaços, com carácter urgente? -----

----- 2. Os municípios tinham como prazo limite para aprovar o plano de ação climática, que era fevereiro de 2024. Pergunto qual o ponto da situação,

relativamente ao plano de Amarante? Porque é razoável pensar, à data de hoje, que o prazo já foi ao ar, o que é muito preocupante num momento evidente de agravamento da urgência climática. Deviam ser mais expeditos na elaboração desta ferramenta. -----

----- 3. A requalificação de duas estradas, a ex-estrada nacional n.º 312 e a estrada nacional n.º 15, a primeira que é entre Amarante e Vila Caiz e a segunda que é entre Amarante e Telões, que dão acesso à cidade e são vias muitíssimo importantes. E é uma operação necessária, por parte do Município, devido ao intenso tráfego, ao avançado estado de degradação e contínuo desgaste, que é natural, ao longo dos anos. Recomendamos, hoje, a V. Exa., Senhor Presidente, uma programação rápida, que resolva esta situação difícil para os utentes que circulam nestas duas vias rodoviárias.” -----

----- **O senhor deputado Torcato Ferreira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “Eu queria colocar quatro perguntas ao senhor Presidente da Câmara, que decorrem daquilo que é a ação do município, nos últimos meses, ou a inação que também podem lá estar patente, naquilo que é lá descrito. -----

----- A primeira questão, tem a ver com o regime da fruta escolar e do leite escolar, que o município identifica no relatório, nas páginas 37 e 38 do relatório - em que lá descreve o regime de fruta escolar, o número de crianças abrangidas, e muito bem, o custo que o município tem com isso, mas, na minha perspetiva, esquece de colocar lá um dado que também é importante, que é o financiamento que esses mesmos regimes são objeto, visto que é uma medida nacional e não municipal e, portanto, o município é financiado por estes dois programas. E isto é mais importante porque, nomeadamente ao nível do regime de fruta escolar, o financiamento varia, ou pode variar, em função daquilo que são as medidas de acompanhamento que as escolas são obrigadas a promover e que o Município é obrigado a monitorizar. Em função disso, seria importante, percebermos se as

escolas estão a fazer as medidas de acompanhamento e se o Município está a monitorizá-las. Fica o desafio à Câmara Municipal que, no próximo relatório, esta informação venha mais completa e atualizada. -----

----- A segunda pergunta, o Senhor Presidente já falou, de alguma forma, no período de intervenção do público, uma questão que aqui foi colocada, que tem a ver com o programa "1.º Direito". Nós aprovámos uma estratégia municipal de habitação, que depois permitiu que o Município pudesse candidatar-se ao "1.º Direito"; já aprovamos aqui também uma alteração à Estratégia Local de Habitação. No relatório que nos é facultado, na página 69 - diz lá que já foram submetidos 18 pedidos de financiamento e 22 pedidos de financiamento por beneficiários diretos; e desses 22 pedidos de benefícios diretos, 5 ou 6 já foram aprovados. A questão que eu pergunto: naqueles pedidos de financiamento que o município já fez, que são 18, quantos destes é que já foram aprovados, se já fizemos o pedido de financiamento e qual a taxa de execução desses mesmos pedidos? Nós já estamos em 2024 e o programa 1.º Direito termina no final de 2026. Eu alertei para estas questões, quando foi aprovada a primeira Estratégia Local de Habitação, em 2021. Portanto, é uma informação que também me parece que é relevante referir nos relatórios de atividade do município. -----

----- Outro programa que também gostaria de referenciar, vertido na página 70, que é o programa do arrendamento acessível, o Habit'Amarante, que foi aqui aprovado, em setembro de 2023, em que eu tive oportunidade de fazer aqui uma intervenção acerca desse mesmo programa. Enfim, entendia que com a sua abrangência, seria muito difícil de aplicar, em função dos valores que lá estavam descritos, mas, no relatório que nos é apresentado, eu estive a ler, até fiz aqui uma pequena cábula, naquilo que é a atividade, no âmbito deste regulamento, da parte da Câmara Municipal e estamos em fevereiro de 2024, tem: publicação do regulamento; definição de procedimentos necessários à implementação do programa; e reuniões preparatórias para a sua implementação. Ao fim de 6 meses,

se calhar era necessário já ter havido algo mais do que isto. Se, em 6 meses, nós não conseguimos implementar um programa com esta importância, ainda em função dos planos habitacionais que nós temos no território, acho que seria mais que suficiente que o programa já passasse de reuniões preparatórias para perceber como é que hão de implementar o programa. Aliás, fui ver o relatório de dezembro – eu não estive na reunião de dezembro - diz lá uma coisa extraordinária, que estavam a monitorizar a discussão pública do regulamento, quando a discussão pública é antes da aprovação na Assembleia Municipal. Portanto, foi na de setembro e não na altura. Portanto, é preciso ter mais algum cuidado naquilo que se põe nos relatórios, de vez em quando nós vamos lá ler e encontramos estas gralhas. -----

----- A última questão que queria colocar tem a ver com a agência que nós temos, nem sei exatamente como é que lhe chamar, que é a InvestAmarante. Não sei se é um serviço, uma agência ou uma divisão. Eu sei que o anterior responsável se apresentava como CEO, agora não sei como é que isso funciona. Na leitura do relatório de atividades, na parte da InvestAmarante, há uma coisa que me deixa satisfeito, é que me apercebi que já não aparecem aquelas centenas de potenciais empresários que estavam a ser acompanhados pela InvestAmarante, para poderem desenvolver o seu negócio no Município. Isto verificou-se durante anos, com centenas de potenciais investidores no concelho. De um momento para o outro, por magia, desapareceram e agora já são só sessenta. Era importante para nós percebermos, destes sessenta potenciais investidores, quantos é que se vão concretizando, enfim, o ponto da situação em que esse acompanhamento se encontra. Também no âmbito da InvestAmarante, vimos também uma coisa extraordinária, o “Urbact” – é o desenvolvimento de um projeto urbano, no âmbito de uma agência que tem essa missão de atrair investimento para o Município. O Urbact não é mais do que a disseminação de uma boa prática de uma cidade europeia e que depois outras cidades se propõem disseminar essa boa prática; no caso concreto do município de Amarante, é um programa que está relacionado com

a tecnologia *Tech-diversity*. Não sei até que ponto é que poderá estar integrado numa agência que promove o investimento no concelho. -----

----- Outra questão muito enraizada nas atividades da InvestAmarante, é o Gabinete de Inserção Profissional (GIP). Ora bem, Senhor Presidente, o GIP não é mais do que uma extensão do centro de emprego, do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP). As políticas que promove no âmbito do GIP também não são mais do que aquelas que existem a nível nacional e que são promovidas pelo IEFP. Em todo o caso, a existir o GIP, acho que fazia algum sentido que pudesse desempenhar a sua função e a sua missão noutra zona do concelho e não na cidade, que já dispõe de um balcão do IEFP. Portanto, se calhar seria relevante nós pensarmos alocar este GIP para outra zona do concelho. -----

----- A última questão tem a ver com uma candidatura para uma estação náutica de Amarante. Se calhar, está na altura para pensarmos sobre a necessidade da existência de um serviço desta natureza, que absorve muitos recursos, um batalhão de gente lá trabalhar e depois de vermos o que lá está, é muito pouco. Muito pouquinho.” -----

----- **O senhor deputado André Magalhães, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “Eu gostava só de complementar a intervenção do senhor deputado Torcato Ferreira, porque mencionou uma atividade que eu bem conheço. E já que fez um comparativo com o passado, gostava de fazer alguns esclarecimentos, porque acho que vale a pena, por causa de algumas afirmações. Primeiro, no passado, o diretor da unidade não era designado como CEO, pelo menos que eu tenha conhecimento. Poderia fazer essa crítica se dissesse que o fazia como diretor executivo e não como CEO. Relativamente ao reporte que era feito, eu gostava de dar duas notas que são importantes. Primeiro, acho que há uma imprecisão, ao dizer que havia centenas de investimentos a ser monitorizados, porque eram dezenas. E até posso falar contra mim mesmo, também gostaria de dizer que eram

centenas, mas não eram. Mas, mais do que isso, ou seja, de todas as agências de captação de investimento que nós temos a nível municipal, se virmos todos os tipos de relatórios que eram apresentados, na altura, as várias dúvidas eram sobre os indicadores que eram apresentados, mas é engraçado como a maior parte das agências apresentou os relatórios com base nos indicadores económicos do município. Pode ver em Famalicão, em Braga e no Porto. Estes são os exemplos de maior proximidade. Nós partilhamos a informação ainda mais detalhada, para dar conhecimento do acompanhamento feito na altura. Em vez de gerar clareza, pelos vistos, aqui, gerou muita confusão e, portanto, decidimos que seria mais profícuo não criar esse ruído e, acima de tudo, focarmo-nos naquilo que eram as concretizações e, portanto, há sempre uma grande dúvida da bancada do Partido Socialista, em se devemos ter, se não devemos ter. É sempre uma crítica fácil de fazer, que é sempre mais e mais informação e, portanto, nunca estarão satisfeitos com o nível de detalhe que a gente vai apresentar, isso é certo. Mas também sobre a atividade, eu acredito que possam concordar, mais ou menos, sobre alguns tipos de atividades que a InvestAmarante pode praticar. Mas, usando o exemplo que deu da Urbact, eu aproveito para ir mais em detalhe. É verdade que o Urbact não só é a partilha de boas práticas, muitas vezes também é a criação de boas práticas e os projetos Urbact, podem-se inserir-se em qualquer unidade orgânica, de acordo com a tipologia do projeto que é desenvolvido. Se o município de Amarante desenvolve e opta por desenvolver projetos do Urbact focados em temáticas de desenvolvimento económico, então elas devem estar associadas à unidade orgânica que trabalhe a economia e, também é importante, porque na delegação de competências, àquela unidade orgânica não se restringem à captação de investimento, é muito mais amplo. -----

----- Portanto, ao longo dos anos, optou-se por trabalhar projetos na rede Urbact, não só da partilha, mas também da criação de boas práticas com os especialistas europeus e focalizou a temática do desenvolvimento económico com

superioridade.-----

----- Por fim, em relação ao GIP, historicamente, no Município de Amarante, sempre esteve associado ao trabalho da ação social. Há uns anos atrás, ainda no decorrer do anterior mandato, houve um entendimento que a política relacionada com a empregabilidade devia estar mais associada ao desenvolvimento económico do que à ação social. Obviamente, que se cruzam, porque a empregabilidade se interliga com a parte do desenvolvimento económico, no sentido de haver um cruzamento claro entre as necessidades do mercado de trabalho e as pessoas que procuram esse trabalho. No âmbito de um trabalho que foi feito na Rede Social, houve uma transferência dessa competência, que depois resultou noutra tipo de projetos para além das normais atividades do GIP. Foram desenvolvidos outros projetos, como por exemplo, o “Amarante das profissões”, entre outros. Ou seja, ao aportar outro tipo de valências e de atividades, é natural que algumas das atividades que dizem respeito ao GIP estejam associadas, não só ao trabalho da InvestAmarante, mas que daí resultem outro tipo de iniciativas que vão para além das normais atribuições dadas à mesma. E, portanto, é bom que ele esteja neste relatório de atividades e que mais iniciativas complementares possam continuar a existir nesta matéria.”-----

----- **O senhor deputado Torcato Ferreira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “Queria aqui fazer esclarecimentos, porque eu acho que não foi devidamente esclarecedor. Em primeiro lugar, quanto à questão do GIP, eu não pus em causa o facto do mesmo estar integrado naquilo que são as atribuições e competências da InvestAmarante. Foi no sentido em que, de alguma forma, o GIP dentro daquilo que é a sua missão e dentro daquilo que são as suas funções, poderia, enfim, de alguma forma, ser equacionada a possibilidade de ser colocado noutra zona do território. O que eu entendo é que, no âmbito daquilo que é esta grande agência de desenvolvimento e de promoção do investimento em Amarante -



e dei exemplo de quatro áreas que decorrem daquilo que é a missão da InvestAmarante -, parece-me muito pouquinho, para aquilo que foi pensado e para aquilo que foi apregoado. Relativamente ao número de potenciais empresários que estavam a ser acompanhados, no âmbito da InvestAmarante, eram centenas, está nas atas e estão publicadas, é só ir lá ver. Eu já fiz uma intervenção sobre esta matéria e eram 429, se não me engano, pelo menos, de uma vez.”-----

----- **O senhor deputado Carlos Carvalho, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “Eu gostava de deixar só a nota, na sequência da intervenção anterior, porque houve aí uma referência ao relatório de atividades e ao facto de referir um período de discussão pública, que devia ter acontecido muito antes, mas, o relatório de atividades refere-se a meses anteriores. Portanto, como o que hoje estamos a discutir são os meses de novembro, dezembro e janeiro, essa questão é do período anterior. Assim, nesse espaço de tempo devia estar lá o tal período de discussão pública. Não me parece que tenha sido uma imprecisão de quem fez o relatório. Parece-me uma imprecisão de análise do relatório, como imprecisão também é o facto de nós continuarmos muitas vezes a querer fazer aquilo que foi uma marca muito importante para o concelho de Amarante, que foi a criação de uma nova forma de trabalhar para a atração de investimento, que deu resultados e vale a pena, por exemplo, visitar e ver o que está a acontecer no parque empresarial da Aboadela, ali no sopé do Marão. Vale a pena ver o que ali se está a passar, com uma fábrica de tecnologia de ponta que temos cá, e que não teríamos se não houvesse esta unidade orgânica. Isto é como já Camões dizia, são as vozes dos velhos do Restelo. Temos de nos habituar, porque elas vão continuar a andar por aí. Mas, felizmente, Amarante decidiu mudar, e bem. Por isso, venho realçar e sublinhar algo que também está no relatório, que está relacionado com a submissão de algumas candidaturas, quero realçar que todas têm interesse, mas há aqui algumas que são, para mim, extremamente importantes, por aquilo que

vão significar, de atratividade para o território e bem-estar para as famílias. São, por exemplo, as candidaturas submetidas para as creches de Travanca, do Marão, de Vila Caiz, da Estradinha, da Torreira e da Boavista, esperando que venham todas a ser aprovadas e venham a beneficiar aquilo que é o bem-estar das famílias em Amarante e significam também o trabalho feito.” -----

----- **O senhor deputado Torcato Ferreira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “Senhor Presidente, só para dar um esclarecimento, porque eu acho que também houve um lapso de perceção daquilo que eu disse, por parte do senhor deputado Carlos Carvalho. Eu disse que, no relatório de dezembro, havia uma coisa mais extraordinária, dizia que andavam a acompanhar a monitorização da audiência pública. Ora, vamos lá fazer contas: isto foi aprovado em setembro; o relatório de dezembro abrange os meses de setembro, outubro e novembro. Desculpe, o mês de agosto é refletido no relatório de setembro. Portanto, em dezembro, foram os meses subsequentes a setembro. Dentro daquilo que é o grande investimento, a atração de investimento que nós temos tido em Amarante, eu queria-me congratular exatamente, nós termos conseguido trazer esse grande investimento que foi o *call center*, aquele trabalho precário, que, de alguma forma, um dia destes, temos de fazer uma avaliação daquilo que foi o investimento do Município, daquilo que tem custado ao Município e daquilo que tem, enfim, provocado desenvolvimento, qualidade de vida e emprego no nosso território.” -----

----- **O senhor deputado António Araújo, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “Começo também por falar de uma pessoa que eu estimava muito e apresentar os meus sentimentos à família do senhor Antunes, cuja morte, de facto, me sensibilizou muito. Quanto a este debate, eu queria dizer o seguinte: eu estava aqui sentado, na primeira reunião, como vereador da oposição, juntamente com o atual senhor Presidente da Câmara, onde eu, ingenuamente, disse ao então senhor

Presidente da Câmara: *eu acho que é muito importante para o nosso Município tentarmos captar investimento. E dizia, então, que era bom tentarmos captar investimento, em que a Câmara Municipal não tinha de investir, mas captar, ajudar e facilitar a vinda de empresas para Amarante. E a resposta pronta do senhor Presidente foi: isso é com os privados. Eu fiquei quase boquiaberto. Depois falei com o Dr. José Luís Gaspar e perguntei: isto é assim? Portanto, eu acho que nós perdemos muitos anos. Isto do investimento e da captação de investimento, como todos sabem, leva muitos anos, porque é preciso competitividade. E nós, por exemplo, o senhor Presidente, há bocado, falou de áreas de acolhimento empresarial, mas há municípios que já as têm há trinta anos. Nós também estamos a fazer e o senhor deve defender isso. Claro que, quando uma empresa se quer instalar vai para essas zonas, porque já têm as infraestruturas todas preparadas. E nós, com o tempo que estivemos parados - e eu lamento dizer isto - vamos pagá-lo ainda durante muitos anos. Este tempo vai ser pago pelo nosso Município durante muitos anos, porque tardámos muito a arrancar, porque havia essa mentalidade de que era com os privados. E, portanto, fico um bocado triste, porque a InvestAmarante é prioritária, senhor deputado; na minha opinião, é prioritária e todo o investimento que consiga trazer para Amarante é muito importante. A Fischer, que já foi falada aqui, aquele investimento para Amarante não tem preço, é um investimento que inclui emprego de qualidade. Não sei se o senhor deputado já lá foi, mas aconselho-o a ir visitar a empresa, para ver a excelência da mesma e de outras. Portanto, o pouco que o senhor diz que foi feito é, afinal, muito importante para o nosso Município, em termos de investimento. Primeiro, lamento que se tenha perdido muito tempo. Segundo, que haja esta atitude de apoucar a InvestAmarante que, para mim, é uma agência prioritária no nosso concelho.”-----*

----- **O senhor deputado Carlos Carvalho, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “Acho importante deixar este esclarecimento, até porque, se estamos a

querer ser rigorosos, vamos então sê-lo. Há uma expressão que um amigo me ensinou - ele até deve estar aqui nesta sala -, que é: *quem anda sempre de martelo na mão, tudo lhe parece um prego*. O relatório de atividades que veio à Assembleia Municipal, em dezembro, menciona: *remete-se ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, para exercício das competências de apreciação pelo órgão deliberativo, o relatório que, de forma resumida, reflete a informação financeira do período compreendido entre um de janeiro e trinta de novembro do corrente ano e a atividade desenvolvida pela Câmara Municipal – e aqui peço a vossa atenção -, no período um de agosto a trinta de novembro de 2023.*"-----

----- **O senhor deputado Torcato Ferreira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- "Penso que já estamos a extravasar o limite do razoável nesta discussão. Mas, também, já agora, vamos falar um pouco de direito administrativo, que estão aqui juristas e, portanto, poderão aqui ajudar nesta matéria. Eu não estive nessa sessão da Assembleia Municipal de dezembro, porque tive um compromisso. Portanto, não tenho comigo o relatório, mas tive a oportunidade de o ver, há pouco, porque vínhamos a falar de um assunto em que eu achei que já tinha passado tempo demais para que se pudesse concretizar essa mesma medida, e eu volto ao assunto, parece que nos esquecemos que eu perguntei por causa do programa Habit'Amarante. E a lei diz que, *após aprovação no órgão executivo, deverá ser submetida a discussão pública, no prazo de quarenta e cinco dias, para depois ser objeto de deliberação do órgão deliberativo*. É isto que diz a lei. Não é mais que isto. Ora, se este regulamento foi aprovado na Assembleia Municipal de setembro, o período da discussão pública teve que ser, pelo menos, nos meses de julho, agosto, enfim, até setembro. São estes os *timings* e é isto que diz a lei e é isto que decorre do direito administrativo. Se porventura já havia uma gralha naquilo que foi a submissão dos documentos da Assembleia Municipal de dezembro, lamento, mas não estive presente, portanto, também não poderia falar sobre isso.

Mas é isto que diz a lei, e é isto que deve ser cumprido e deve ser clarificado.” -----

----- **O senhor deputado André Magalhães, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “Para sermos precisos, em 2019, salvo erro, nós deixamos de dar o detalhe sobre o número de intenções de investimento que estavam a ser acompanhadas. Em 2018, ainda o fazíamos. Por exemplo, no relatório de atividades, em junho de 2018, dizia: *neste momento estão a ser acompanhadas oitenta e uma intenções de investimento.*” -----

----- **O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Jorge Ricardo, proferiu a seguinte intervenção:**-----

----- “Relativamente ao programa Habit’Amarante, assumo plenamente que o programa está pronto em termos formais e preparado para avançar para a fase subsequente. Sabíamos, desde a primeira hora, da dificuldade, em termos de resultados, nesse mesmo programa. Portanto, disso não temos qualquer dúvida, mas deixem-me dizer-vos que a nossa prioridade, o nosso foco tem sido a Estratégia Local de Habitação. Esse tem sido o grande dossier que temos trabalhado. Temos uma equipa que tem os técnicos que tem e, portanto, o nosso foco, até este momento, tem sido de facto a Estratégia Local de Habitação. Relativamente ao programa Habit’Amarante, posso dizer que, há pouco tempo, houve reuniões com outros técnicos de outros municípios por causa da plataforma, mas sempre pedi aos técnicos que este é o momento da Estratégia de Local de Habitação. E, portanto, para lhe dizer e deixar aqui bem claro, até porque esperava dizê-lo noutra altura, que neste momento, no dia de hoje, temos candidaturas que perfazem cerca de 314 habitações, das quais 180 referem-se a habitações reabilitadas e 134 a soluções novas de habitação, no total de investimento de 24.000.720€.” -----

----- Estas candidaturas foram submetidas, todas elas já foram notificadas, respondidas e corrigidas algumas omissões. Cientes que temos efetivamente um

país com uma máquina burocrática que, muitas vezes, não consegue dar resposta e não consegue pôr à frente de tudo aquilo que é prioritário e posso dar-vos aqui diversos exemplos. Como, por exemplo, a área de uma escola, em que havia diferença entre a caderneta predial, o levantamento topográfico e o projeto. Outras situações, por exemplo, no Tarrafal, todo aquele terreno, onde temos o projeto e a candidatura submetida para dar resposta à comunidade cigana no total de 12 habitações e um outro projeto para cerca de 21 frações para esse mesmo local o que implicou a elaboração de um loteamento e destaques. Ora, sendo o terreno propriedade do Município, devia a entidade que superintende este dossier, com uma declaração de compromisso, tratar do procedimento até que se entregasse o documento definitivo, mas não é permitido o que efetivamente atrasa todo o procedimento. Há candidaturas que já foram aceites e outras aguardam decisão. A última foi aceite esta semana, que é num imóvel que foi adquirido pelo Município, em 2019, em Figueiró. A candidatura foi submetida apenas para a parte da reabilitação porque, tendo sido adquirida em novembro de 2019 e o aviso era de fevereiro 2020, sabíamos que a aquisição não podia ser financiada. Contudo, neste caso também se verificou mais uma situação caricata, ou seja, como a linha de ação era para aquisição e reabilitação, numa primeira não foi aceite porque tinha que compreender estas duas componentes, aquisição e reabilitação. Bem, depois de uma discussão, nós argumentávamos que efetivamente foi adquirido para reabilitação e foi preciso os serviços jurídicos do IHRU pronunciarem-se sobre o pedido, tendo sido aceite na passada quarta-feira. Portanto, a Estratégia Local de Habitação, a nível de candidaturas, com o prazo limite a 31 de março, neste momento, falta-nos submeter três candidaturas, designadamente: um edifício em Jazente, que não estava incluído na Estratégia Local de Habitação, porque era um posto médico e a Senhora Presidente da Junta de Freguesia tinha a expectativa de ainda lutar pelo mesmo; o Jardim de Infância da Cumieira, em que o Município construiu o equipamento, que estava isento de licenciamento e não havia o registo

desse edifício; e dois fogos do Bairro Brasil devido à falta de alguns documentos, por causa da retificação de áreas. Mas já foram aceites as candidaturas dos restantes 30 fogos. Quanto aos beneficiários diretos, sei dizer-lhe que estão aceites cerca de 11, num total de 22. Contratamos solicitadores para dar apoio, a nossa equipa de projeto também está a auxiliar nos respetivos mapas de execução. Portanto, há aqui muito trabalho feito pelas equipas internas e externas. Contudo, muitos beneficiários diretos vão ficar de fora, porque as habitações, que são propriedades dos próprios, contêm edificações que não são passíveis de legalizar ou têm que ser legalizadas. Neste momento, o ponto de situação da Estratégia Local de Habitação é este e se, por hipótese, tivermos a aprovação dentro de um ou dois meses, estamos em condições de avançar imediatamente para o lançamento da obra, que é essa a nossa expectativa. Realça-se que só com a assinatura do contrato financeiro, é que podemos partir para a fase seguinte, ou seja, lançar os procedimentos concursais. Relativamente à questão da fruta escolar, evidentemente que conheço o programa. No próximo relatório colocamos lá o valor que o Município recebe para essa componente. Quanto à InvestAmarante, dizer-lhe também que se concretizarmos aquilo que, neste momento, está a ser negociado para Vila Meã, será um grande passo para o concelho.” -----

----- **O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Luís Gaspar, proferiu a seguinte intervenção:**-----

----- “Relativamente à fruta escolar, tomei nota da sugestão dada daquilo que nós recebemos. Aliás, acho que vou aceitar esse desafio para também colocar no relatório aquilo que deveríamos receber no âmbito da descentralização de competências na área da educação e que não foi pago até agora, pois já ultrapassa 1.000.000€. Tem toda a razão, não só aquilo que é dado, que, enfim, vale o que vale, mas aquilo que realmente foi uma grande medida, a descentralização, e aquilo que até hoje nós ainda não recebemos. Mas fica realmente a sugestão e agradeço, acho que devemos também dizer tudo e muitas vezes omitimos algumas

coisas. Não vou falar do Urbact, porque são boas práticas e de que eu tenho muito orgulho. Desde 2014, já integramos cinco redes, que totalizam cinquenta cidades europeias, numa delas fomos a cidade líder. Vamos integrar agora uma nova e deixe-me dizer-lhe, os nossos técnicos têm ganho muito com isto, estão mais capacitados, conhecem mais mundos e estão muito mais habilitados a aceitar novos desafios que este Município vai ter, um deles até nesta Divisão da InvestAmarante, que tem uma importância capital. Eu não vou entrar aqui no que se fazia, nem no que se faz, vou-lhe dizer o que se quer fazer. Porque, desde que nós entramos, eu tenho muito orgulho e muita honra em ter presidido durante estes dez anos, mais um ano e meio que ainda me resta no governo desta Câmara, deixe-me dizer que nós transformamos esta Câmara, quer vocês gostem, quer não gostem. E, realmente, a questão da captação de investimento tem sido primordial, até para também percebermos os desafios que são colocados agora a Amarante. Quando diz que não se fez nada, eu digo que fez. Nós criamos a zona industrial numa zona de baixa densidade, onde este momento, já tem duas fábricas implementadas, e uma terceira, que prevista, uma julgo ser espanhola, e uma terceira, da qual me vão apresentar agora o projeto, porque querem que eu conheça o projeto, que foi numa plataforma maior que lá tivemos. Neste momento, estamos a negociar terrenos para criar novas plataformas industriais. E mais, já temos inclusive empresas multinacionais que pretendem sinalizar a vontade de conseguir terrenos, nomeadamente na área onde o senhor habita, em Vila Meã, que é uma zona estratégica fundamental e que foi esquecida durante muitas décadas. Mas, agora, há efetivamente alguém à frente dos destinos de Amarante, não apenas dizendo que o GIP é importante, mas que é importante que tenha vias estruturantes e que também precisa de ter boas plataformas industriais. Precisa de apostar na habitação, enfim, um sem número de situações, porque são estratégicas e importantes para o desenvolvimento de todo o território. E, por isso, independentemente de andarmos aqui, com pequenas questões, achando que



somos os donos da verdade, eu posso-lhe dizer, não tenho verdade nenhuma. Só sei que Amarante tem potencial, tem capacidade para atrair muito investimento e para isso, preciso de além destes técnicos que fazem parte da InvestAmarante, que são muito poucos, infelizmente, estamos a falar de três ou quatro pessoas, mas que há-de ser reforçada e eu espero que, daqui por dez anos, até possamos dizer que é uma divisão que terá cem pessoas, o que seria um bom sinal. É sinal que, efetivamente, a estratégia que nós encetamos tem pernas para andar e, que obviamente, vai conseguir atrair mais investimentos. Deixe-me dizer, Amarante tem tudo para atrair, já tinha tudo para atrair, desde há muitos anos a esta parte. Infelizmente, não foi essa a orientação, a vontade, que respeitamos, mas agora, respeitem também a vontade de quem cá está e quer fazer mais por esta terra.” ---

----- **O senhor deputado Torcato Ferreira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “Eu também concordo com o senhor Presidente da Câmara, de que Amarante tem muito potencial. Falta-lhe evidenciá-lo, mas tem. Mas, voltando à questão - e agradeço ao Dr. Jorge Ricardo pela explicação que nos deu sobre o 1.º Direito - ficamos todos a perceber, e muito bem, que já fizeram um conjunto de candidaturas para financiamento, cujo prazo termina em março de 2024. É a data limite, porque as candidaturas já podiam ter sido feitas há muito tempo. Mas também é verdade, deixe-me dizer-lhe, que tem havido aqui, enfim, por parte do IHRU problemas de aprovação dos documentos, em tempo útil. Agora, isto começou em 2019. Nós aprovámos em dezembro de 2021 e, portanto, vamos um pouco atrasados. O que é certo, é que ficamos a perceber, enfim, e com grande esperança de que se consiga concretizar a estratégia, até 2026, e que, até à data, obra que é obra, é zero. Portanto, ainda não temos execução absolutamente nenhuma. E ficámos a perceber também outra coisa, é que nós andamos aqui a aprovar, em setembro de 2023, um programa de apoio ao arrendamento, uma decisão política de apoio ao arrendamento, mas, depois, passado meio ano, vem

aqui o vereador responsável pelo pelouro dizer que, afinal, o programa foi aprovado, que o regulamento existe, mas não é para implementar desde já, porque nós não temos meios ou não temos foco para podermos ir a todos os programas e a todas as políticas de promoção habitacional, ainda por cima, numa altura destas em que estão ao nosso dispor.”-----

----- **O senhor deputado José Joaquim Teixeira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

----- “Eu não venho agradecer as respostas que me deram, por parte do Senhor Presidente da Câmara e vereação, porque ainda não me deram nenhuma. Bem, qualquer dia, em termos de trabalho no partido, eu tenho que perceber que não posso falar a seguir ao Dr. Torcato Ferreira, ou antes dele, porque, entretanto, foca-se tudo no Dr. Torcato e as outras questões não são importantes. Mas Freud explica isso bem, de uma maneira ou outra, se nós formos lendo Freud, explica isso bem. Senhor Presidente, a questão da ação climática não é um assunto menor, é um assunto sério. Nós somos um concelho que não dá só para elogiar quando fazemos grandes planos da nossa beleza natural. Nós, aliás, somos um concelho com várias serras, com vários rios, com muito potencial em termos naturais e não percebo, porque é que não me respondeu à questão da ação climática. Eu já tinha percebido que a Câmara Municipal falhou, porque não vai além de nada, num conjunto de iniciativas completamente avulsas, ao longo destes anos, e não leva isto a sério. Aliás, a postura do Senhor Presidente da Câmara demonstra aquilo que eu acabei de dizer. Relativamente às estradas, também não me respondeu, gostava que me respondesse quando começa a funcionar a empresa na área das limpezas dos jardins e dos trilhos?”-----

----- **O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Jorge Ricardo, proferiu a seguinte intervenção:**-----

----- “A Estratégia Local de Habitação começou em 2019. É verdade, e não quero aqui utilizar o argumento que muitas vezes o poder central utiliza da

pandemia, mas a pandemia existiu. Houve depois uma revisão, em que apenas foi aprovado o contrato de financiamento, o novo documento, que foi assinado em junho de 2023. Portanto, depois foi preciso fazer projetos, porque, como sabe, passamos de uma Estratégia Local de Habitação, que previa um financiamento de cerca de 9.000.000€, para 35.000.000€. Houve uma atualização do diagnóstico, porque é verdade que parte dele foi feito em períodos difíceis, acho que todos nós compreendemos. Portanto, nós passamos de um documento que previa 9.000.000€ para 35.000.000€. Por conseguinte, em meio ano, tivemos candidaturas submetidas que perfazem 24.000.000€, em que foi necessário fazer e lançar projetos; projetos em que o Município já investiu cerca de 500.000€ e, portanto, é preciso orçamento. Foi preciso todo este trabalho, que não é apenas elaborar um documento. Foram os documentos de registo, os documentos de atualização, todo esse trabalho. Estamos aqui falar em cerca de meio ano e submetemos as primeiras candidaturas em agosto de 2023. Portanto, estamos nesta fase. Eu diria que todos nós queríamos - e às tantas nós somos os primeiros interessados - de estar a fazer obra. Mas, a situação é esta e não vale a pena dizer se foi em 2019 ou 2020. Acho que, depois de fazermos a atualização da estratégia - e que ainda bem que a fizemos -, deixe-me dizer-lhe que se fizéssemos como alguns municípios, se a estratégia fosse apenas construir novo edificado, às tantas poderíamos ter aqui alguns ganhos, em termos de prazo, mas não tenho dúvidas que a estratégia que foi seguida pelo Município é a estratégia correta, é a estratégia de investir em todo o território, de recuperar edificado que estava devoluto e acho que este é o caminho certo. É mais moroso, não tenho dúvidas, mais complicado, mais complexo, que nos traz estes problemas todos, em termos de registos, em termos de levantamentos, em termos de áreas, mas acho que o território ficará a ganhar com a implementação desta estratégia e também sabemos que o PRR, isto é, o financiamento a 100%, não foi em 2019, não foi em 2020 que ele foi criado."-----

----- **O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Luís Gaspar,**

**proferiu a seguinte intervenção:**-----

----- "Senhor deputado [José Joaquim Teixeira], peço desculpa, passou-me. Não o quero desconsiderar, até porque as questões são pertinentes e, portanto, terei muito gosto em responder. Sobre o que disse da *falta de sensibilidade para a questão da ação climática*, deixe-me dizer que a Câmara Municipal de Amaranante, em 2016, integrou uma associação, a ClimAdapt.Local, da qual faziam parte, na altura, vinte e dois municípios. Aliás, assinamos um protocolo, julgo que foi em Sintra, ou Cascais, com a presença de, para além daqueles municípios, as faculdades e uma série de entidades com sensibilidade e ligadas a esta área. Neste momento, integramos uma associação que integra cerca de quarenta entidades, desde municípios, faculdades, institutos ligados a estas questões, a APA, entre outras. Exatamente porque, para nós, esta é uma área sensível, em que queremos apostar. Mais a mais, demos sinais naquilo que é a nossa intervenção no Marão, nos rios, enfim, a preocupação sobre esta questão das alterações climáticas. Relativamente àquilo que diz, que era uma obrigatoriedade apresentar, em fevereiro, um plano de ação climática, isso é uma orientação. Como sabe - até porque já vi que analisou o dossier, não quis foi partilhar o que sabe com os colegas, mas eu vou complementar o que disse - há orientações regionais e nacionais que ainda não saíram, para que nós possamos realmente completar o plano de ação climática. Portanto, estamos à espera dessas orientações. Mas, como sabe, também, está tudo um bocado atrasado, sabe-se lá porquê, mas nós não estamos fora de tempo. Estamos desajustados da realidade nacional, posso dizer-lhe, porque fomos dos primeiros 22 municípios, dos 308 existentes, que arrancamos com o plano de ação climática. Portanto, senhor deputado, o senhor, a este executivo, não vai ensinar nada relativamente a esta matéria, nem a muitos dos técnicos que estão a acompanhar tudo aquilo que estamos a fazer neste tema. Portanto, já é a segunda vez que o senhor faz isso e, por isso, espero que, pelo menos, analise melhor aquilo que está a ser feito na Câmara Municipal de

Amarante e que leia, nomeadamente, o que nós publicamos destas ações. -----

----- A outra questão que me colocou, sobre a recolha de resíduos, o visto do Tribunal de Contas foi comunicado no final de janeiro. A partir daí, temos noventa dias para avançar com os trabalhos. Na próxima semana, terei reuniões com os/as trabalhadores/as da Câmara Municipal ligados a esta área e com os representantes da empresa, para explicar o que vai ser feito e as pessoas que possam, eventualmente, integrar a equipa de trabalho. Acredito que, em meados de abril, a empresa possa dar início à esta prestação de serviço de recolha de resíduos e da limpeza urbana.-----

----- Depois, havia mais duas questões relacionadas com a reabilitação da EN15, até Telões e da estrada que liga o centro a Vila Caiz. Sobre a pavimentação até Vila Caiz, ainda não temos o projeto, embora o mesmo seja simples, é, no fundo, levantar o tapete e colocar novamente betuminoso, porque a base está boa. Eventualmente, não será feita no corrente ano, mas, seguramente, no próximo ano. Relativamente à EN15, até rotunda da Ponte do Pego, nós temos o projeto pronto e estamos à espera da abertura do quadro comunitário, até porque é uma obra que, só em vias, passeios e drenagem, ronda os 5.000.000€. Eu acredito que possa, eventualmente, ter aqui algum financiamento para ajudar nessa área. Portanto, mal saia o quadro comunitário, que, como sabe, já lá vão dois anos, surja a oportunidade de haver participação financeira para ajudar a custear esta obra, que vai ser robusta, digamos assim, porque estamos a falar de uma grande reabilitação. Vamos ter alguma paciência e esperar pelos quadros comunitários para poder avançar.”-----

----- O presente assunto foi presente a reunião, somente para conhecimento, não havendo lugar a deliberação.-----

**2. Mapa dos fluxos de caixa do exercício de 2023 e 1.ª alteração orçamental modificativa, por incorporação do saldo de gerência e inclusão de nova classificação económica orçamental da receita -**

(Registo n.º 826/2024/01/31). -----

----- Inscreveu-se para usar da palavra: -----

----- **O senhor deputado José Joaquim Teixeira, do Grupo Político Municipal, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “É só para dar nota que o Partido Socialista, nisto que é um procedimento legal para a incorporação do saldo de gestão e, em consonância com a votação da vereação e com a nossa votação dos documentos provisionais, vamos abster-nos.”-

----- A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deliberou aprovar a primeira revisão/alteração orçamental modificativa, por incorporação do saldo de gerência no montante de 3.647.730,98€ (três milhões, seiscentos e quarenta e sete mil setecentos e trinta euros e noventa e oito cêntimos) e inscrição da rubrica de receita 06.03.01.08, de acordo com o n.º 5 do artigo 35.º do antedito diploma legal e conforme proposta da Câmara Municipal. -----

----- Esta deliberação foi tomada por 29 votos a favor, 23 abstenções, do Grupo Político Municipal do Partido Socialista e 0 votos contra. Encontravam-se presentes 52 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participou na votação deste ponto, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gondar, por estar ausente da sala. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 52 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

**3. Taxa Turística Municipal** - (Registo n.º 9452/2023/10/31). -----

----- Inscreveram-se para usar da palavra: -----

----- **O senhor deputado José Joaquim Teixeira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “Uma intervenção breve para dizer que, no programa eleitoral para as eleições autárquicas de 2021, o Partido Socialista defendeu a criação da taxa

turística no Município de Amarante. Em coerência com o seu programa eleitoral e em sede de discussão orçamental, em 2022 e 2023, defendeu esta medida. Agora, no orçamento de 2024, os vereadores do Partido Socialista de Amarante voltaram a defender uma proposta para criação da taxa turística, sendo metade das receitas direcionadas às freguesias do Concelho de Amarante. Com a aprovação desta medida, cumpre-se assim três grandes objetivos:-----

----- 1. Confere-se uma maior consolidação da autonomia destas unidades de âmbito territorial;-----

----- 2. Descentraliza-se a distribuição de receita e dota-se de mais um instrumento financeiro as juntas de freguesia; -----

----- 3. Promove-se a valorização do património da nossa comunidade. -----

----- Exmo. senhor Presidente da Câmara, não obstante a nossa satisfação política pelo incremento desta medida, gostávamos de ver hoje aqui esclarecidas duas questões importantes e relevantes: -----

----- 1. Quando e de que forma é que as verbas vão passar para as juntas de freguesia? -----

----- 2. Como é que vai ser distribuída pelas juntas de freguesia a receita arrecadada?"-----

----- **O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Luís Gaspar, proferiu a seguinte intervenção:**-----

----- "A questão foi discutida em reunião de Câmara, em que há compromissos que eu assumi com os senhores vereadores, de que, efetivamente, uma parte das verbas arrecadadas, não sei quanto é, iremos transferir para as juntas de freguesia. Até porque entendemos que o turismo se faz com todos e, obviamente, todo o território tem de nos ajudar a alavancar o turismo. Depois, com as juntas de freguesia, iremos tentar encontrar a forma mais indicada para poder contribuir com mais este montante e ver como vamos desenvolver projetos que nos possam ajudar a estimular a atração de turismo no território. Este é o compromisso que nós

assumimos na Câmara Municipal e, portanto, iremos honrá-lo.” -----

----- A Assembleia Municipal, nos termos da alínea b) e g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, deliberou aprovar a criação de uma taxa turística, bem como a aprovação do respetivo Regulamento Municipal da Taxa Turística Municipal, conforme proposta da Câmara Municipal. -----

----- Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes os 53 membros que compõem esta Assembleia Municipal. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes os 53 membros que compõem esta Assembleia Municipal. -----

**4. Atualização de rendas e taxas do ano de 2024** - (Registo n.º 10508/2023/12/04).-----

----- Inscreveram-se para usar da palavra: -----

----- **O senhor deputado Torcato Ferreira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “Eu tenho alguma dificuldade em explanar aqui todos os pontos que queria abordar nesta proposta, porque, de facto, numa proposta com três parágrafos, poderia e deveria ter sido mais simples de analisar, mas de facto não é. Começa logo por uma gafe. Esta é uma proposta assinada pelo senhor Vice-Presidente da Câmara, Jorge Ricardo, datada de 18.12.2023. Eu posso parafrasear, fazendo aqui um resumo, começa por dizer o seguinte: *tendo presente que, apesar do Estado, através do Governo, não ter para o próximo ano 2024 intervindo na taxa do aumento das rendas que, por regra, está indexada à taxa ou o índice de inflação, pode a Câmara Municipal de Amaranate, na sua esfera de atuação, intervir, ainda que residualmente nesta matéria.* Ora, o senhor Vice-Presidente diz que o governo não interveio, mas interveio. A sua proposta é de 18.12.2023 e o Governo publicou o aviso n.º 20980-A/2003, a 30 de outubro desse mesmo ano. Começa logo por aí.



O segundo parágrafo, enfim, fala aqui nas desaplicações de taxas de terrado, de feirantes, de rendas habitacionais, não habitacionais. Enfim, não é fácil conseguir interpretar este texto. Podia ter sido um texto muito mais fácil, para todos percebermos à primeira. Porventura, poderá ser um problema meu, mas tive alguma dificuldade em perceber o que aqui está, mas depois percebi que é muito simples. O que diz aqui é que, em 2022, aprovou para 2023, eu já não sei se foi em 2023, a não atualização das rendas habitacionais e não habitacionais e para a generalidade dos feirantes, mas não isentou desta atualização os terrados, ou seja, os feirantes que estão no mercado municipal, que não têm uma estrutura de apoio, apenas a zona delimitada. Portanto, isentou, em 2023, toda a gente, menos os terrados. E a proposta deste ano é exatamente o inverso, que é atualizar a todos, menos os terrados. Penso que é esta a proposta que está aqui em cima da mesa. --

----- Ora bem, correspondendo àquilo que foram as alegações dos vereadores na Câmara Municipal, de que esta, apesar de tudo, é uma medida injusta, porque é sempre muito mais fácil atualizar as rendas aos mais desprotegidos e que não tem tanta capacidade reivindicativa, do que estar a atualizar as rendas àqueles que fazem barulho, tal como fizeram no passado, porque a pressão, muitas vezes, levamos a vacilar nas decisões, nas opções políticas. E propondo a não atualização das rendas àqueles que, muitas vezes, na sua maioria, nem sequer pagam impostos em Amarante. Portanto, numa altura de grande pressão habitacional, decidiu-se atualizar as rendas, nomeadamente aos residentes nos nossos empreendimentos sociais. Perante isto, eu ponho três questões que gostaria de ver esclarecidas:-----

----- Primeira questão - o que é que entende o município por rendas habitacionais e não habitacionais?-----

----- Segunda questão - a Câmara Municipal fala aqui numa atualização automática a todos, menos aos terrados. Que atualização automática e em percentagem é que esta se concretiza, já que decidiu, por sua livre iniciativa, proceder a uma atualização sem que, por desconhecimento, soubesse que já tinha

sido publicado coeficiente de atualização de rendas para 2024? Na minha perspetiva, acho que fazia sentido que isso viesse acompanhado da proposta para saber que estamos aqui a aprovar. -----

----- Terceira questão - também devia constar da proposta, quantas famílias e quantos feirantes é que estão abrangidos por esta atualização e qual o impacto financeiro para autarquia?" -----

----- **O senhor deputado António Araújo, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- "Se bem entendi, foi dito que a proposta seria inepta, mas o senhor deputado compreendeu-a perfeitamente, portanto, não era inepta. E se o governo não teve intervenção, é fácil; quer dizer, não teve intervenção, porque houve atualização automática das rendas. O senhor deputado sabe que, todos os anos, esse aviso de que falou é publicado. Agora, no ano passado, o governo diz não senhor e congela, não há aumento. Este ano, o senhor também deve estar contra o seu governo, que não fez essa intervenção, portanto, deixou que subissem rendas, no tal coeficiente que é de 0,694, que dá 6,94%, de acordo com o índice de inflação. Então o senhor também deve estar contra o seu governo. Pergunto ao senhor deputado se é contra o seu governo? Se é contra a Câmara ter aumentado as rendas, não as indexadas do regime geral, também tem de dizer que está contra o seu governo, porque, este ano, não fez essa intervenção para congelar. E não fez nos anos anteriores, como fez a Câmara Municipal, desde 2020. O governo do Partido Socialista, este ano, deixou aumentar as rendas, isso toda a gente sabe. E depois, em última análise, até se pode dizer que os deputados do Partido Socialista estão a votar contra o aumento das rendas, porque o que eu li da proposta, ao que me parece, é que a maior parte destas rendas estão indexadas aos rendimentos dos agregados familiares, as que não estão sujeitos ao regime geral, ou seja, a atualização legal, cujo coeficiente, publicado em 30 de outubro, é de 0,694. Portanto, essas rendas, eventualmente, até poderão baixar, ao que eu depreendi

na proposta. Os senhores deviam ter feito aqui uma divisão de votação e dizer assim: não, nós somos contra o aumento das rendas do regime geral, que, de facto vão aumentar pelo coeficiente, mas somos a favor daquelas que vão baixar. Porque o que eu li, é que há rendas que vão baixar, cerca de 80%. Portanto, até poderão baixar, não percebo esta lógica. Eu tenho muitas dúvidas e não percebo nada destas coisas. E, reparem, ainda por cima, penso que até foi o senhor vereador, e bem, que lembrou a Câmara e disse: então, vão também aplicar a atualização do ano passado, cujo coeficiente era, salvo erro, 0,2%? A Câmara podia ter feito isso, mas nem sequer vai aumentar ainda esses 0,2%. É só, de facto, o coeficiente legal, para vigorar em 2024. Senhor deputado, eu também acho que não seria de aumentar as rendas, mas, neste caso, o que eu vi e fiquei satisfeito é que as do regime geral, que serão, para aí 10%, vão subir, como sobem todas as outras, no país. Porque o governo, este ano, assim decidiu, aplica-se a inflação e vai subir tudo. As outras, cerca de 80%, que a é grande parte, poderão até baixar. Portanto, nesse aspeto, sinto-me satisfeito.” -----

----- **O senhor deputado Torcato Ferreira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “Eu só queria refazer as perguntas que aqui coloquei e também esclarecer que, mais confuso que a proposta que aqui nos é apresentada, é a defesa da proposta, apresentada pelo senhor deputado António Araújo. Eu tive alguma dificuldade em perceber o que é que o senhor entendeu. Em primeiro lugar, nós estamos na Assembleia Municipal de Amarante, não estamos na Assembleia da República. Acho que é bom situarmo-nos onde estamos. Portanto, estamos aqui a discutir uma proposta da Câmara Municipal. Em segundo lugar, eu fiz aqui algumas alocações, uma delas foi, enfim, atendendo à justeza, ou falta dela, da atualização de todos, menos aos terrados, no seguimento daquilo que tinha sido a opção do ano anterior, que foi não atualizar a ninguém, exceto os terrados. A minha pergunta foi muito simples e mantém-se. O que é que entende por rendas

habitações e não habitacionais? Qual o impacto financeiro? E qual a taxa de atualização? O senhor deputado Araújo disse duas coisas que eu fiquei admirado. Primeiro, sabe que são 80% das rendas que não serão atualizadas. Eu não sei e tenho aqui a proposta à minha frente. Não tenho essa informação aqui. O senhor terá, com certeza, informação privilegiada que nós não temos. E os 6,94%, foi a publicação por parte do INE, que fixa atualizações para o ano seguinte. Por acaso, nas rendas sociais, não é de 6,94, é menos 2%, são 4,94%, mas, pelo, vistos, a Câmara não sabia. O senhor já que tem tanta informação da Câmara, também podia começar a dar essa informação à Câmara, para que pudesse não cometer estas gafes e não fazer as propostas mal fundamentadas, como esta está. É isto o que eu tenho para dizer e, portanto, mantenho as perguntas, para saber exatamente: se não tiveram por base o coeficiente de atualização publicado pelo INE, então qual foi o coeficiente de atualização? Porque fala aqui de atualizações automáticas e depois de o senhor vereador nos explicar o que são rendas habitacionais e não habitacionais, eu virei cá novamente para dizer se fiquei ou não esclarecido.” -----

----- **O senhor deputado António Araújo, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Eu sou deputado desta Assembleia e quando venho para aqui, preparo-me. Eu presumo que os senhores deputados, porque também têm essa obrigação, também se prepararam. Portanto, é fácil, senhor deputado, a ata está publicada no *site* do Município. O que foi discutido pela Câmara Municipal, está na ata n.º 27, de 21.12.2023. Está lá isso tudo, está tudo explicado. Então os senhores também podiam, no âmbito da discussão, dar informações aos senhores vereadores do Partido Socialista, porque eles não levantaram essa questão dos 4,94%, para 6,94%. Também podia dar informações aos senhores vereadores, já que o senhor sabe tudo. Para a próxima, se calhar, é melhor fazer essa consultoria.”-----

----- **O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Jorge Ricardo,**

**proferiu a seguinte intervenção:**-----

----- “Nessa reunião de Câmara, o que se referiu é que 80% das rendas, em 2023, tiveram foi uma diminuição. Isto é, nós temos cerca de 202 inquilinos, em que, destes, 183 são de renda apoiada. E, portanto, aos de renda apoiada não se aplica o coeficiente de aumento das rendas. Todos os inquilinos são notificados para, em março ou abril, virem aos serviços para fazer a atualização da prova dos rendimentos e, se os mesmos tiverem uma variação negativa, as rendas também sofrem uma variação negativa. No ano passado, tal como consta dessa ata, cerca de 80% dos inquilinos tiveram uma revisão da renda, em baixa. Lembro que, em 2021, 2022 e 2023, é verdade que congelamos o aumento das rendas, naquelas em que se aplicava uma variação positiva e também para aquelas poucas, que são cerca de 40, que estão sujeitas ao regime geral. Este ano, terão uma atualização de 6,94%, de acordo com a taxa do INE, e as outras, podem sofrer uma variação positiva ou negativa. As rendas estão sujeitas à prova de rendimentos e a variação das rendas é conforme esses mesmos rendimentos que são apresentados. E, portanto, este ano quisemos apresentar esta proposta, que foi uma forma de corrigir a proposta que apresentámos para o ano transato, por erro ou por desconhecimento, quando se falava de rendas habitacionais e não habitacionais, pensávamos que estavam todas incluídas as que pertenciam ao município. Como o Código Regulamentar refere especificamente os terrados, então no ano passado teve de se aplicar o respetivo aumento. Este ano, por uma questão de justiça, porque todas as outras ficaram congeladas, quando o pretendido era que fosse para todas, quisemos corrigir essa situação. Este foi um compromisso que assumimos com os feirantes, e, por isso, a nossa proposta é nesse sentido. Achamos também que, atendendo a que nos últimos anos já houve esse congelamento de aumentos, era a altura de repor um pouco a normalidade, sabendo que aqueles que vão ter aumentos, resultam do aumento dos seus rendimentos, sendo poucos os que ficarão abrangidos. É tão simples quanto isto.

Agora podem ou não concordar com o aumento. Isso é a decisão de cada um.” -----

----- **O senhor deputado Torcato Ferreira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “Em primeiro lugar, há aqui uma grande confusão que o senhor vereador Jorge Ricardo tentou explicar, se bem que ainda não conseguiu explicar na sua totalidade, aquilo que é a diferença entre o que são rendas habitacionais e rendas não habitacionais, e o que são rendas apoiadas e o que são rendas condicionadas. Nessa parte das rendas apoiadas, de facto, representam, digo eu, à volta dos 80% e as rendas condicionadas representam os 20%. Ora, aplicando-se o coeficiente de atualização, seria só para as 20%. As outras, cerca de 80%, decorrem de uma fórmula que consta do Código Regulamentar no Município de Amarante, que foi aprovado, aqui, nesta casa. Ora, todas as rendas que, de facto, podem ter uma variação positiva ou negativa, não precisavam de vir aqui para atualização aqui e na Câmara Municipal, porque já decorre de um imperativo que o Código já estabelece. Portanto, nós estamos aqui a deliberar, sobre um assunto que já foi deliberado, que foi a aprovação do código regulamentar. Portanto, o que faria sentido vir aqui era nós aprovarmos a atualização das rendas condicionadas, dos tais 20%, em função do coeficiente que teria sido publicado pelo governo. Ora, o senhor vem agora, na explicação, a dizer que essas vão ser atualizadas e com este coeficiente, mas a sua proposta não diz isso. Então o senhor diz que o governo não atualizou o coeficiente e agora já diz que atualizou o coeficiente? E diz até mais, que vai aplicar o coeficiente de uma coisa que o senhor diz que não existe. Senhor vereador, assumo o erro. Há um erro aqui. O senhor diz aqui que o que o governo não atualizou a taxa do indexante de rendas para o ano 2024, e está aqui a dizer que vai aplicar a taxa do coeficiente de atualização, que o senhor diz não ter existido. E mais, estamos a falar só para as rendas condicionadas, porque as rendas apoiadas, cerca de 80%, é uma variação automática que decorre da fórmula que existe no código regulamentar, em função dos membros do agregado, dos

rendimentos da família. Se um elemento da família fica desempregado, a renda pode ficar mais baixa; ou se um membro da família ficou desempregado ou perdeu rendimentos, a renda pode ficar mais baixa; ou se tem mais uma pessoa no agregado, ou alguém que faleceu ou saiu de casa, pode ficar com renda mais alta. Portanto, esta é uma variação automática que se faz todos os anos, mas que decorre de um imperativo regulamentar e que não tinha necessidade de vir aqui para aprovação. Quando muito, poderia vir aqui a isenção da atualização automática, se o senhor tivesse dito que o governo tinha feito essa publicação do coeficiente. Ora, o senhor dá uma no cravo e outra na ferradura. Perante a forma como a esta proposta está apresentada, obviamente, que eu propunha ao senhor Presidente da Câmara que retirasse a proposta e que a apresentasse convenientemente. Portanto, eu acho que devia ser retirado este ponto e, sendo assim, nós não estamos em condições de votar favoravelmente esta proposta, pelo que, votaremos contra.”-----

----- **O senhor deputado António Araújo, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “Eu agradeço os esclarecimentos do senhor deputado. Eu não sei o que são contratos habitacionais e não habitacionais; não sei nada disso, o senhor sabe mais que eu. Eu faço, se calhar, dezenas de contratos de arrendamento por ano, mas o senhor sabe mais que eu. Eu admito sempre aprender com as pessoas. Mas, o que nós estamos aqui a votar é sobre o seguinte: *a Câmara deliberou aprovar a proposta do Senhor Vice-Presidente e submeter à Assembleia Municipal, com efeitos a 01.01.2024, desaplicar, no ano de 2024, as normas do CRMA relativas a atualização dos valores dos terrados.* É isso que nós estamos aqui a votar. É isso que vocês votam contra? Mas é isto o que se está a votar, uma proposta para submeter à Assembleia Municipal - eu vou repetir para ser para ser bem claro -, com efeitos a 01.01.2024, desaplicar, no ano de 2024, as normas do Código Regulamentar do Município de Amarante, relativas à atualização do valor da

ocupação de terrados. Isto é tão claro, está aqui escrito e estivemos aqui uma hora a perder tempo.” -----

----- **O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Jorge Ricardo, proferiu a seguinte intervenção:**-----

----- “Ficou bem claro para todos e algo mais do que foi dito foi para complicar. A proposta é simplesmente esta: não aplicar o aumento aos terrados. Foi essa a proposta e depois eu expliquei. Tudo o resto é o que decorre dos regulamentos municipais, da atualização das taxas.” -----

----- **O senhor deputado Torcato Ferreira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

----- “Eu percebo o incómodo, senhor vereador Jorge Ricardo. A proposta não é só para a isenção da atualização da renda para os terrados. É para isentar a atualização dos terrados e atualizar automaticamente todos os outros. Agora, a pergunta que eu faço é: em que percentagem? E a proposta, senhor deputado António Araújo, é aquela que é subscrita pelo senhor vereador, não é um resumo que decorre da deliberação. É a proposta datada de 18 de dezembro 2023, que o senhor tem aí e todos nós temos acesso. É essa a proposta em que o senhor vereador diz que o governo não publicou nenhum coeficiente de atualização. E eu mantenho a pergunta, senhor vereador: qual é o coeficiente que o senhor quer aplicar àqueles que pretende atualizar?” -----

----- **O senhor deputado Vítor Briga Rei, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:**-----

----- “Eu acho que nós já percebemos o que é que o Partido Socialista quer com isto. Primeiro, criou a confusão e, depois, pede para que seja retirada a proposta para que eles sejam aumentados este ano, e dizer que a Câmara Municipal, afinal de contas, aumentou novamente. É isso que o senhor deputado está a tentar fazer, para que não se delibere a desaplicação e as rendas sejam todas atualizadas. Senhor deputado, nós não estamos aqui a dormir.”-----



----- A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, deliberou, por maioria, aprovar a desaplicação, no ano de 2024, das normas do Código Regulamentar do Município de Amarante, relativas à atualização do valor dos terrados, de acordo com a proposta da Câmara Municipal. -----

----- Esta deliberação foi tomada por: 29 votos a favor, 0 abstenções e 21 votos contra, do Grupo Político Municipal do PS. Encontravam-se presentes 50 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participaram na votação deste ponto os senhores presidentes de junta da Freguesia de Gondar, da União das Freguesias de Freixo de Cima e de Baixo, e da União das Freguesias de Aboadela, Sanche e Várzea, todos do Grupo Político Municipal do PS, por se encontrarem ausentes da sala. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 50 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participaram na votação da minuta os senhores presidentes de junta da Freguesia de Gondar, da União das Freguesias de Freixo de Cima e de Baixo, e da União das Freguesias de Aboadela, Sanche e Várzea, todos do Grupo Político Municipal do PS, por se encontrarem ausentes da sala. --- -----

#### **5. Alteração ao Código Regulamentar do Município de Amarante -**

Voluntariado jovem - (Registo n.º 7962/2023/09/13).-----

----- Inscreveu-se para usar da palavra: -----

----- **O senhor deputado José Joaquim Teixeira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:-----**

----- "O Partido Socialista neste ponto vai votar favoravelmente."-----

----- A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deliberou aprovar a alteração do Código Regulamentar do Município de Amarante, conforme

proposta da Câmara Municipal. -----

----- Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes 50 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participaram na votação da minuta os senhores presidentes de junta da Freguesia de Gondar, da União das Freguesias de Freixo de Cima e de Baixo, e da União das Freguesias de Aboadela, Sanche e Várzea, todos do Grupo Político Municipal do PS, por se encontrarem ausentes da sala. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 50 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participaram na votação da minuta os senhores presidentes de junta da Freguesia de Gondar, da União das Freguesias de Freixo de Cima e de Baixo, e da União das Freguesias de Aboadela, Sanche e Várzea, todos do Grupo Político Municipal do PS, por se encontrarem ausentes da sala. -----

**6. Relatório anual de atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Amarante – 2023 – Registo n.º 2278/2024/01/30) - Para conhecimento.** -----

----- Não se registaram inscrições para usar da palavra. -----

----- O presente assunto foi presente a reunião, somente para conhecimento, não havendo lugar a deliberação. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos, quando eram vinte e duas horas e trinta minutos.

----- Da presente reunião foi lavrada esta ata, que, depois de lida e aprovada, por unanimidade, na sessão ordinária de 27.04.2024, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia e pelos seus Secretários. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA \_\_\_\_\_

O PRIMEIRO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_

  


O SEGUNDO SECRETÁRIO Sousa Soares de Sousa